

INQUICE: Indício arqueológico de Territorialidade Banto no Território da Cidade do Rio de Janeiro?

Jandira Neto
PPGHC-IH-UFRJ /
Instituto de Arqueologia
Brasileira- IAB

A Curadoria arqueológica realizada pelo Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB em 2015/2016 sobre os materiais arqueológicos coletados em campo pela equipe da arqueóloga Tânia Andrade Lima (Museu Nacional), no Porto Maravilha - fase I 2009/2011 trouxe à luz grande e variado número de artefatos. Poucos e raros foram aqueles referentes ao período de ocupação do território na Pré-história; surpreendentes e em número razoável foram aqueles oriundos da época da Conquista (contato indígena/europeu) e abundantes os relativos ao período Histórico. Dentre este último, aqueles alusivos à presença da cultura africana, sejam como objetos de uso cotidiano como cachimbos e panelas de barro, sejam como objetos de uso ritual como as contas, búzios, otás e... inquices feitos sobre osso.

Figura 1 e 2: Peça 7 e Peça 5



Fonte: Acervo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), 2016.

Minkisi ou Inquice é um termo usado genericamente na língua Banto do Congo e de Angola para conceituar seres intermediários entre Zambi (Deus criador) e os homens. Em outras línguas africanas como a Yorubá corresponde ao mesmo que “Orixá” no “Candomblé”, “Vodun” é a palavra para “espírito” nas línguas Gbe (Fon-Ewe do Benim) e se refere à tradição religiosa baseada nos ancestrais.

Os artefatos arqueológicos feitos sobre material ósseo animal, acima exemplificados e coletados durante as pesquisas arqueológicas na área do Cais do Valongo na Cidade do Rio de Janeiro nos parecem associados a cultos de matrizes africanas, e este artigo pretende especular a possibilidade de serem, aqueles, parte do fardo “arsenal memorial trazido da África” e aqui adaptado e utilizado como forma de resistência política e ideológica (religiosa?) neste território desde a chegada dos primeiros aportes humanos aqui trazidos já nos séculos XVI, no início mesmo do período escravocrata brasileiro.

O Homem africano que foi trazido para o Brasil era profundamente identificado com seu território de origem e ligado à noção de pertencimento a este ou aquele grupo em sua terra natal, e sua sobrevivência e formas de resistência se fizeram justamente pela capacidade de se manter conectado a essa noção através da energia vital de vinculação com suas crenças de origem – **o axé**.

Organização social do Território (ou territorialidade) da área da cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XVIII

Os modelos de organização social determinam o modo como se estrutura a ocupação do espaço biofísico, ou seja, sua territorialização (ação ou dinâmica de ocupar o território). O conceito de territorialidade (ocupação social do território) aparece nas áreas da sociologia, da psicologia social e de outras ciências e é abordada em sua gênese como uma conduta ou atitude instintiva dos animais (incluindo o próprio ser humano) que visa promover a defesa do território de sobrevivência que ocupam, a qual, no caso dos seres humanos, também está relacionada com a cultura. A circunscrição de territórios pelo *Homem Sapiens* (“Homo Sapiens neanderthal” e nossa própria espécie, “Homo Sapiens sapiens”), ocorre desde a Pré-história há, pelo menos, 300.000 anos.

Inferir essas experiências para o território do Rio de Janeiro, tendo como alvo a ocupação do território da Cidade do Rio de Janeiro é a nossa pretensão.

Estudos antropológicos, como os de LITTLE (2002, p.3) e consolidados por pesquisas arqueológicas ao redor do mundo, já confirmam que todas as formas de organização social humana, como Sociedades de Bando, Sociedades Tribais, Sociedades de Cacicados (chefias ou reinos) e Sociedades de Estado, passaram necessariamente pelas discussões sobre o uso do território.¹ Tal hipótese vem sendo, na atualidade, objeto de análise de distintas áreas do conhecimento científico, desde a Etologia, da qual surgiram as formulações iniciais sobre territorialidade, se estendendo para os estudos da História, da Ciência Política, da Antropologia e da Sociologia, até aportar finalmente na Geografia, disciplina na qual se constitui um dos conceitos básicos e através da qual se perpassa por diferentes campos.

Mas é no campo da própria Geografia que diferentes definições de território demonstram essa condição. Os sentidos dessas definições variam desde perspectivas jurídicas, sociais, culturais a afetivas, mas os vínculos apontados são sempre ancorados nas relações que qualquer organização social estabelece com a natureza do lugar, sejam elas mediadas por mecanismos de apropriação, dominação, ocupação ou mesmo pela posse de uma fração do espaço. Seja como for, é essa relação que faz emergir a fragmentação do espaço com distintas funções, cuja organização, gestão, manutenção ou mesmo reorganização conjugam os interesses dos sujeitos envolvidos.

HAESBAERT, (2004, p.56/s) pesquisador da UFRJ é nossa fonte de reflexão para a sequência dessa apreciação já que este autor agrupa várias concepções de território em quatro vertentes básicas: política, ideológica (cultural), econômica e natural e chama a atenção para o fato de que essa separação é meramente teórica, pois a dinâmica territorial, via de regra, conjuga várias outras dimensões. Segundo ele, **Território**, na sua *Dimensão Política*, se refere às relações espaço-poder, em geral, ou jurídico-político e dizem respeito às relações espaciais que se estabelecem na esfera do Estado-Nação, ou seja, nesta dimensão o território é conceituado como um espaço

¹ A renovação da teoria de territorialidade na antropologia tem como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território", ver: LITTLE, E Paul. **Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade** – Brasília. 2002 inn: Série Antropologia 322.

delimitado e controlado, através do qual se pratica um determinado poder na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.

Quanto ao Território sob a expressão da *Dimensão Ideológica/Cultural* é o conteúdo cultural ou simbólico-cultural que o delimita a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam em porção do espaço /território, dando-lhe identidade. Nesta acepção, o território é visto como fruto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço convívio.

No que se refere à *Dimensão Econômica* do Território, a vertente econômica focaliza o espaço como fonte de recursos e/ou este é incorporado no embate entre classes sociais. Ou seja, ver a relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.

Já o Território em sua *Dimensão Natural*, emprega uma noção de território baseada nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico. Por ser uma noção mais antiga é pouco difundida nas Ciências Sociais da atualidade, mas no que se refere à territorialidade ou à “contextualização territorial”, é a que sustenta ser esta inerente à condição humana. Genericamente é vista como a simples “qualidade de ser território”, e assim é muitas vezes incluída e entendida no domínio da dimensão simbólica do território.

Mas, para SANTOS (1978, p.145), é “a utilização do território pelo povo que cria o espaço”, ou seja, nesta área arqueológica é possível perceber a diferenciação entre território (meio ambiente geográfico) e territorialidade (espaço ocupado socialmente), entendendo que o território pode ser considerado, por exemplo, apenas como área delimitada e composta pelas relações de necessidade de subsistência, como deve ter sido quando de sua ocupação pelos grupos pré-históricos, ou área de poder do Estado na dependência dos usos que dele se fez por outros ocupantes nos séculos seguintes. O importante é que depois de fisicamente delimitado, este pôde ser utilizado como espaço e fonte de recursos de subsistência; pôde ser construído e desconstruído por essas mesmas relações de poder e que, seja como for, as evidências arqueológicas ali encontradas demonstram que muitos atores o territorializaram, seja como bem natural, sociocultural, econômico ou político em suas ações com o passar do tempo.

Os vestígios encontrados do Porto Maravilha – Fase I e estas pesquisas, em especial, evidenciam as interações socioculturais daqueles que ali viveram e deixaram suas "ilhas de histórias" em inesperados artefatos abandonados nos liames do tempo.

Para melhor compreensão desta proposta de análise recuaremos a um tempo em que o uso dos territórios possuía um caráter cíclico (variando com o tempo), móvel (deslocando-se nos mais diferentes espaços) e se organizando a partir de redes interligadas pelo fluxo de informações ou contatos relacionados a mais elementar das causas – necessidade de sobrevivência. E sobrevivência se assenta sobre pilares fundamentais, tais como comer, abrigar-se, reproduzir-se e deslocar-se em busca de mais alimentos e abrigos.

As Sociedades de Bando foram provavelmente os primeiros grupamentos humanos a chegarem até o território da Cidade do Rio de Janeiro (embora ainda não tenham sido encontradas evidências arqueológicas deste grupo na área específica da pesquisa). Estas formas de sociedades com organização social mais simples eram baseadas na família nuclear e conhecidas antropologicamente, como **Sociedade de Bando ou de Caçadores-coletores**², cuja pretensão era apenas garantir a própria sobrevivência diária na medida em que dependiam exclusivamente da natureza.

² Adotamos um sistema classificatório em uso pelos arqueólogos, cujos termos foram postulados há muito tempo pelos pesquisadores e embora seja em sua origem de caráter evolucionista, desta teoria se afasta por diversos pontos. O primeiro é que não é obrigatório que uma sociedade de tecnologia mais simples venha a “evoluir” para uma mais complexa. Assim não há uma obrigatoriedade dos bandos passarem para tribo, estas para chefias e estas se tornarem civilizações ou Estado. Uma sociedade de bando, tribal ou de cacicado pode se manter assim por milhares de anos e por influência externa se adaptar um Estado centralizado (muitas das vezes mantendo antigas práticas originais). A exemplo temos os “aborígenes australianos” na Austrália e no Brasil as tribos assentadas atualmente no Alto Xingu. Outra diferença em relação ao evolucionismo é que quaisquer desses padrões culturais podem “evoluir” de sociedades mais complexas, para mais simples, por questões ambientais, crises sociais, guerras, etc. Como exemplo a Cultura Marajoara da Amazônia que de cacicado “retrocedeu” para sociedade tribal, adaptando-se às mudanças ambientais e pressões externas. Uma diferenciação ainda mais importante diz respeito ao fato de que o sistema é usado somente como um auxiliar na descrição e definição ampla da cultura e não exige correspondência nos três níveis de manifestações culturais. Ou seja, culturas de bando ou caçadores coletores, de tecnologia simples e dependentes do meio ambiente, podem desenvolver traços culturais em outros ramos do conhecimento até mais complexos do que sociedades tribais ou cacicados, que podem se dar na relação entre indivíduos, nos sistemas de cura, conhecimentos astronômicos e outros. Ex. povos da Tradição Itaipu embora pertencessem a Sociedades de Bando tal como os povos de Tradição Sambaquieira, apresentam uma tecnologia lítica altamente diferenciada, não só daqueles, mas também dos povos da Tradição Una que pertenciam a Sociedade Tribal na mesma época. Para finalizar, afasta-se da teoria evolucionista quando defende que **não são os mais fortes ou mais adaptados** que

A Sociedade Tribal é algo mais complexo e podia se organizar em grupos de mais de 400 pessoas. Viviam em territórios de propriedade comunal, mas com ausência de classe social. Sua organização social se baseava no sexo do indivíduo, sua idade e seu valor pessoal dentro da comunidade. Os casamentos eram baseados na linhagem matrilinear, monogâmicos e, antropologicamente, é considerada ainda hoje a melhor forma de convívio social humano.

Sociedades de Cacicados (chefias ou reinos) – O Cacicado foi um modelo de instituição inicial de liderança sob o governo de um cacique. Surgiu politicamente quando sociedades tribais precisavam ocasionalmente se unir em torno de um **chefe** principal (o cacique), para combater e/ou aprisionar um inimigo comum, geralmente em disputas de poder por territórios. Uma aldeia era então escolhida para chefiar as outras e seu cacique se tornava assim o “rei” ou “chefe”. O costume oral (e não leis escritas) consolidava essas formas de liderança em outras dimensões sociais, como as de conteúdo simbólico-cultural que delimitavam o espaço social a partir de uma teia de variadas relações. De base patriarcal e poligâmica, os casamentos passavam a ser extrafamiliares (filhas mulheres de cada tribo subsidiária se casavam com o “rei” e seus descendentes passavam a ser os sucessores legítimos do trono). Estabeleciam-se assim, as matrizes das “classes sociais” e a hereditariedade das funções e não mais o valor pessoal como na sociedade tribal. Cresciam as representações religiosas. O rei/sacerdote, como meio de controle social, usava o poder dos mitos, a religiosidade e a superstição e também outras subjetividades de ordem mais pessoal, como o poder de vida e morte sobre os desafetos ou inconvenientes ao regime e também à escravização de pessoas ou grupos conquistados, como parte do processo econômico para gerar excedentes. O poder se enraizava no espaço/território; assim um cacique líder chefiava vários outros caciques, criando uma apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço convívio. Na dimensão econômica, a aldeia do cacique principal se fortalecia quando por qualquer motivação (religiosidade, poderio militar ou outra qualquer), passava a usar a mão de obra escrava para aumentar e receber o excesso de

vencem a corrida da vida e **sim os mais adaptáveis**. E o homem, com a cultura se tornou o mais adaptável ser vivo do planeta. DIAS, O. **O Índio no Recôncavo da Guanabara**. Rio de Janeiro: IHGB, 1998.

produção das aldeias subordinadas e o redistribuía como artifício político de fortalecimento social (germe do capitalismo selvagem, que explora a pobreza ou a miséria do outro).

Quando esse sistema era adotado permanentemente por diversas tribos, ele podia, mas não necessariamente, se transformar em cacicados complexos, como, por exemplo, o do Reino do Congo na África, o do Havaí nas ilhas do Pacífico e o dos Pueblos na América do Norte. Caracterizava-se, portanto, pela existência de uma aldeia principal, controlando a produção e a autonomia de aldeias subsidiárias. Este controle era geralmente exercido pelo poder dos Mitos, como por exemplo, aquele que explica a morte do capitão inglês James Cook no Havaí, SAHLINS, M. (2003), mas, sobretudo, por controle religioso, superstições ou outros manejos. As aldeias principais se tornavam complexas e o seu chefe, com apoio de diversas famílias, poderosos. Foram desse tipo de sociedade que chegaram, oriundos do Reino do Congo quinhentista, os primeiros povoadores africanos para o Rio de Janeiro no século XVI.

Para este artigo, em especial, foram as contribuições oriundas dos prováveis descendentes genéticos e culturais do cacicado do Congo africano (ou das aldeias subsidiárias de Angola) encontradas nos remanescentes arqueológicos do Porto Maravilha - Fase I que nos deram a segurança do caminho a seguir. Dentre outros artefatos destacamos artefatos arqueológicos em osso nos quais pensamos fazer manifestas informações de uso em cultos afro-brasileiros. Estes e outros elementos da vida cotidiana, como restos de cerâmica de Tradição Neobrasileira relativas à tralha doméstica, atestam a territorialidade presente e relevante destes grupos para a pesquisa ainda em andamento.

De onde vieram os falantes da língua Banto para o Brasil?

Os registros cartográficos de uma publicação oficial do governo de Agostinho Neto, (sem data) - provavelmente de 1980 nos forneceram um mapa que certamente facilitará a compreensão do que pretendemos refletir.

Este primeiro mapa mostra o agrupamento de reinados do território angolano entre os séculos XIII e XIX. Para nosso recorte estudaremos a configuração relativa para os reinos africanos congolezes existentes nos séculos XVI e XVII, período para o

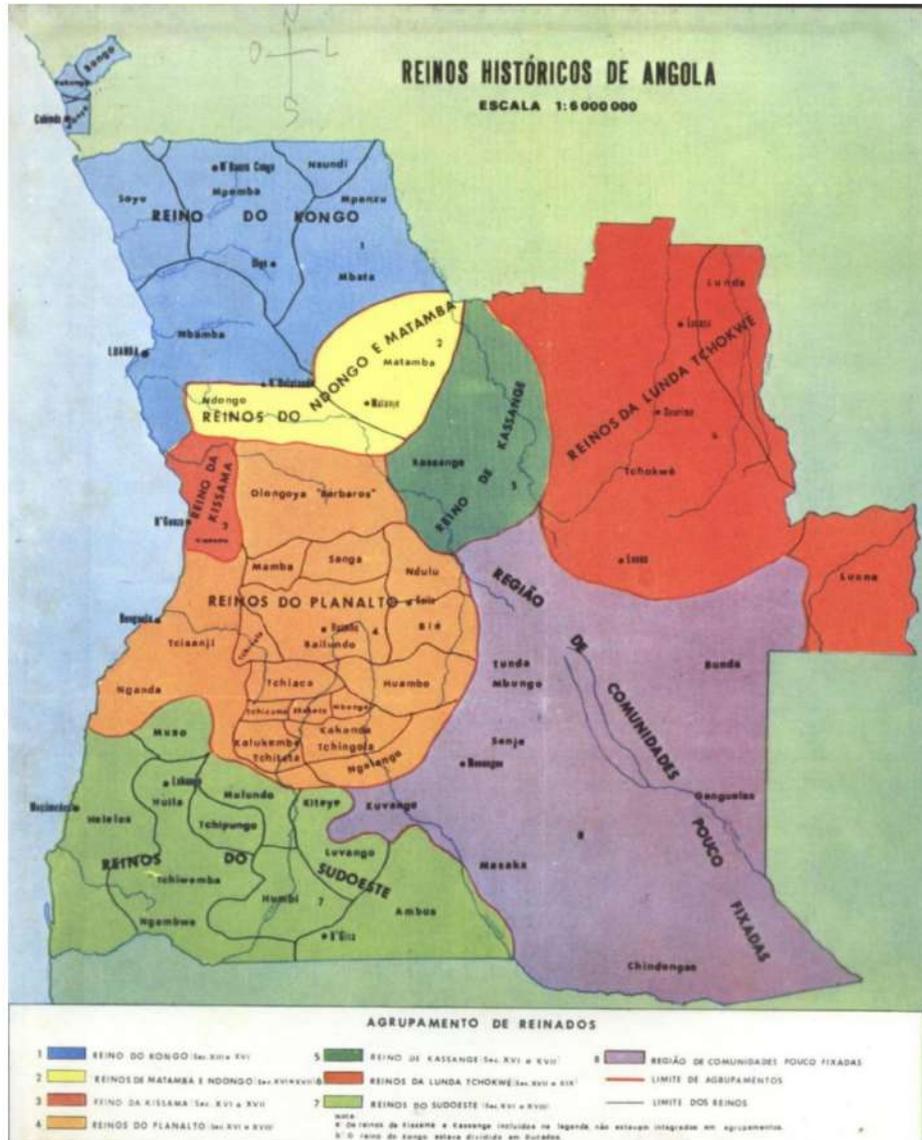
qual inicialmente apontam os achados arqueológicos supracitados já que os povos de origem Nagô só começam a chegar ao Rio de Janeiro no início do século XVIII e este material apresenta traços culturais da cultura Banto, tais como a cruz dos bakongos esscarificada em alguns pontos das peças.

Figura 3: Peça 1 – Cosmograma Bakongo?



Fonte: Acervo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), 2016.

Figura 4: Mapa dos Reinos Históricos de Angola



Fonte: (Services Officiels Angolais - Angola: (1980?) – Editions Delroisse - Boulogne – France - ISBN 2.8518.060-0).

O Reino do Congo já é apontado no mapa acima como existente desde o século XIII (1.azul) e no século XVI é aquele que vai entabular as primeiras relações comerciais com Portugal (GONÇALVES, 2005). Para os séculos XVI e XVII foram mapeados os Reinos da Matamba e Ndongo (2.amarelo), o Reino da Kissama (3.vermelho) e o Reino de Kassange (5.verde escuro). Os Reinos do Planalto (4.laranja) e os do Sudoeste (7.verde claro) surgem no século XVI e se estendem até o século

XVIII. Já o Reino da Lunda Tchokwé só aparece no século XVII (6.vermelho escuro) mas tem continuidade até o século XIX. Outros grupos aparecem como comunidades pouco fixadas (8. Lilás).

O que este mapa aponta de forte interesse para nós é o modelo de organização social dessas comunidades quanto à ocupação desse território para o período em estudo. *“As sociedades pré-coloniais que haviam de constituir a Nação Angolana encontravam-se no século XV em diferentes estádios de evolução e em todos eles a organização tribal assumia papel determinante”* (SERVICES OFFICIELS ANGOLAIS, 1980?).

Em seguida, de certa forma contradiz a informação do que conceitualmente se conhece por sociedade tribal quando informa que:

Essas sociedades, em que coexistiam diferentes relações de produção, apresentavam-se quase todas como estados organizados. [grifo nosso] (...) o nível de desenvolvimento das forças produtivas permitia que a agricultura, o artesanato e o comércio [grifo nosso] desempenhassem papel de relevo (SERVICES OFFICIELS ANGOLAIS, 1980?, p.11).

Pode-se perceber novamente a “confusão” do autor ao atribuir a categoria de comerciantes à sociedade tribal.

“O desenvolvimento dessas sociedades foi violentamente interrompido pela chegada dos portugueses que praticavam uma política de destruição sistemática dos antigos Reinos [grifo nosso] (...) Na primeira fase da colonização, a principal atividade econômica dos colonialistas era, com efeito, o comércio de escravos. Para os obter moviam guerras contra os Estados (...) as chamadas guerras de kuata-Kuata e escravizavam os homens livres (SERVICES OFFICIELS ANGOLAIS, 1980?, p.11).

Outra fonte foi por nós considerada para este artigo, na medida em que entendemos que ela “conversa” com aquele mapa. É a publicação de 1962 de Eduardo dos Santos - Estudos, Ensaios e Documentos, Nº 96 - Sobre a Religião dos Quiocos – Junta de investigações do ultramar – Lisboa 1962; nela consta o Carimbo do Centro de estudos de Antropologia – Lisboa – Portugal - Ministério do Ultramar Junta de investigações do Ultramar.

SANTOS (1962, p.15/s) nos informa que o subgrupo Banto Lunda-Quiocos vive a Nordeste de Angola próximo a Cuango. Reza a lenda que os grupos Lunda e Quioco seriam oriundos de um reino existente às margens do rio Cajidíche governado pela poderosa governante Luéji lua Kôndi. Um dia atraído pela abundante e variada

caça apareceu um audacioso caçador chamado Ilunga, talvez vindo do reino de Luba. Luéji e Ilunga se apaixonaram apesar do relacionamento não ser bem visto pelos grandes do reino e anunciaram o casamento.

Tchingúri irmão de Luéji, que havia sido deserdado anteriormente pelo pai, viu ali um bom pretexto para separar-se do reino e reunindo sua gente atravessou o Cassai, fixando-se em Angola.

Após o casamento Luéji teria enviado uma embaixada ao irmão pedindo-lhe para voltar – “Aióku à ku Tchingúri” (ide ter com Tchingúri). Este fato desencadearia todo o processo, pois a palavra “Aióku” (**ide** do verbo **ir**, provavelmente deu origem a “**idos**” palavra etimologicamente associada aos Quiocos, ou seja todos aqueles que tinham ido embora com Tchingúri e mais todos os outros dissidentes e insatisfeitos com o casamento que se juntaram posteriormente ao grupo sob a chefia de Dumba uá Têmbu.

Embora o casamento tenha sido malquisto pela maioria dos “sobas” dele nasceu Iânvu que deu origem a dinastia Muatiânvuas (muata + Iânvu = o senhor Iânvu). Mas embora Iânvu fosse o herdeiro legítimo, é de De Dumba uá Têmbu que se originaram todos os Chissengues, (seriam os mesmos “cassanges” que vieram para o Rio de Janeiro?) tornando-se este o Muatchissengues, ou seja, o rei dos Quiocos.

Os Quiocos que permaneceram fixados no atual distrito de Luanda (1962) conseguiram manter mais vivas as suas tradições e as fizeram sobrepujar sobre os demais grupos indígenas menores, já muito fragmentados por todo um condicionamento colonialista mais favorável aos seus propósitos.

Este mapa nº 1 mostra os povos Lunda Tchokwé como habitantes do nordeste do Reino do Congo no século XVII. Cruzando, portanto, esses elementos pela proximidade das datas indiciadas nestes acontecimentos, cremos poder considerar a possibilidade de estes dados virem a constituir uma importante fonte de informações sobre as bases da religiosidade dos povos de língua banto aportados no Brasil seiscentista que, embora originalmente tenham sido levados para a Bahia, desde cedo foram trazidos para a cidade do Rio de Janeiro bem no início de sua fundação.

Etnólogos que estudaram grupos negros primevos na África observaram a perfeita interdependência existente entre as suas manifestações sociais, políticas, econômicas e religiosas. E aqueles que conseguiram se afastar de facciosismos de escolas e sistemas, como Delafosse, apontam que: “*Aucune institution n'existe que ce*

soit dans le domaine social ou dans le domaine politique, voire même en matière économique, qui ne repose sur un concept religieux ou qui n'ait la religion pour pierre angulaire." (DELAFOSSÉ apud SANTOS, 1962, p.16)

Ou seja, todos os que estudam estas instituições são obrigados a concluir que eles são um dos povos mais religiosos da Terra. É de todo sabido que os povos africanos trazidos pela força eram completamente despojados de seus bens materiais e provavelmente de seus suportes de proteção religiosa, como fios de conta, patuás ou outros. Sem muito esforço podemos concluir que tudo que possuíam doravante era sua cultura imaterial enraizada em sua mente, a qual era preciso se agarrar emocionalmente com todo o empenho da memória e tentar reproduzi-las de cor e dentro das possibilidades que o seu Senhor lhes permitisse fazer.

Figura 5: Peça 7 – Inquice?



Fonte: Acervo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), 2016.

Figura 6: Artefato de metal conhecido como Ankitá.



Este artefatos em metal foi fotografado em um bazar de artigos religiosos registrado como Bazar Diana no Jardim Gláucia, bairro de São João de Meriti – RJ. Segundo a informante é uma peça de culto utilizada nos assentamentos para Exu, conhecida como Ankitá.
Fonte: Arquivo Jandira Neto, 2015

Entendemos ser necessário diferenciar e precisar o que genericamente estamos chamando de manifestações religiosas, ou contrafações, do que é *stricto sensu* religião. Até porque essa confusão trouxe muitos dissabores e sofrimentos nos séculos seguintes para toda uma descendência desses grupos. Para este artigo queremos apenas pontuar as categorias de modo basal. Em SANTOS (1962) podemos interpretar que a mitologia, a superstição e a magia são contrafações da religião; o totemismo, o naturismo o animismo e o tabuísmo não são ainda religião.

Não sendo, portanto, as manifestações religiosas dos Quiocos filosofia nem teologia, a análise de sua religiosidade carecerá de sentidos e conexões para ser compreendida lá e principalmente o que dela restou aqui no Rio de Janeiro no emaranhado de todas as contrafações que lhes permearam quando das tentativas de preservá-las e reimplentá-las em culto.

Se assim foi, por que tanto esforço em materializar suas crenças e costumes numa terra tão distante da sua? Para qualquer pessoa o nascimento e a conservação da

vida é uma preocupação constante; imaginemos isso para uma pessoa completamente desprovida de condições medico-sanitárias mínimas, num universo de plantas e animais desconhecidos. Quanto mais desprotegido e ameaçado pelos elementos naturais tanto mais esse Homem buscará formas de garantir um espaço-território, por menor que seja, em que possa implantar suas práticas de magia e exercer sua religião através do culto.

Criar um espaço de caráter, condição ou qualidade territorial, é passo fundamental do eto comportamental da dimensão animal humana e está relacionada à sua necessidade de defesa do território contra invasores. Esse “sentimento” esse bio *eto* nascido do puro instinto de sobrevivência desenvolveu neste Homem um sentido de territorialidade tão forte que o fez enfrentar toda a loucura da bestialização através da manutenção de suas tradições religiosas, fossem elas culturais ou contrafações.

É neste sentido que entendemos ser a Territorialidade político-religiosa afrodescendente brasileira um jeito de recuperar a humanidade perdida.

DOCUMENTAÇÃO

SANTOS, Eduardo dos. - Estudos, Ensaios e Documentos, Nº 96 - Sobre a Religião dos Quiocos - Junta de investigações do ultramar – Lisboa – 1962. Carimbo: Centro de estudos de Antropologia – Lisboa – Portugal - Ministério do Ultramar Junta de investigações do Ultramar.

SERVICES OFFICIELS ANGOLAIS - Angola: (1980?) – Editions Delroisse - Boulogne – France - ISBN 2.8518.060-0.

BIBLIOGRAFIA

DIAS, Ondemar. **O Índio no Recôncavo da Guanabara**. Rio de Janeiro: IHGB, 1998.

GONÇALVES, António Custódio. **A história revisitada do Kongo e de Angola**. Lisboa: Estampa, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LITTLE, Paul. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. In: Série Antropologia 322. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.